

AGROECOLOGIA, SABERES LOCAIS E GEOGRAFIA CULTURAL:
representações simbólicas do território da Educação do Campo
geografizadas pela proposta educacional da Casa Familiar Rural de Pe.
Haruo Sasaki no município de Sapopema (PR)

*AGROECOLOGY, LOCAL KNOWLEDGE AND CULTURAL
GEOGRAPHY: representations of the territory of Education Field
Educational geografizadas the proposed Rural Family House of Fr Haruo
Sasaki in the city of Sapopema (PR)*

*L'AGRO-ÉCOLOGIE, CONNAISSANCES LOCALES ET LA
GÉOGRAPHIE CULTURALLE : connaissances représentations symboliques
du territoire de l'éducation rurale geografizadas proposition éducative
pour le développement rural de la famille de la Chambre des Fr Haruo
Sasaki dans la ville de Butterwick (PR)*

Daniela Janaína Pereira Miranda

Mestre em Geografia pela UFPR.
Professora do Instituto Superior Tupy - IST –SOCIESC.
djpm3672@hotmail.com

Saete Teixeira Kozel

Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná
skozel@onda.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os princípios da Agroecologia entrelaçados ao discurso da Geografia Cultural, e, assim, evidenciar o valor da identidade campesina, ressaltando a herança cultural como um conjunto de símbolos e significados, que através do território da Educação do Campo, esses traços vão geografizando as espacialidades e as especializações que caracterizam a proposta educacional da Casa Familiar Rural Pe. Haruo Sasaki no município de Sapopema – PR; esse lugar é apresentado como um campo de trocas simbólicas, onde os aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e educacionais, bem como, ambientais, são instrumentos internalizados através do saber-fazer, tendo como ponto referencial, os saberes locais trazidos pelos jovens e de seus familiares, que junto dos educadores fazem da proposta da Pedagogia da Alternância e da Agroecologia um arcabouço de teorias e práticas que resgatam e conceituam particularidades de uma realidade vivida, estando essa, embasadas em uma abordagem de interação educacional e cultural, onde são valorizadas e representadas a essência e a intencionalidade do sujeito do campo enquanto cidadão, que procura romper com os velhos paradigmas, de que o campo é lugar de atraso.

Palavras – chave: Agroecologia, Geografia Cultural, Saberes Locais, Casa Familiar Rural.

Abstract

This article aims to present the principles of agroecology intertwined to the discourse of Cultural Geography, and thus highlight the value of peasant identity, highlighting the cultural heritage as a set of symbols and meanings through the area of Rural Education, these traits will geografitando spatialities and specializations that characterize the educational purpose of the Rural Family House Fr Haruo Sasaki in the city of Butterwick - PR, this place is presented as a field of symbolic exchange, where the social, political, cultural, economic and educational as well as environmental instruments are internalized through the know-how, taking as a reference point, the local knowledge brought by the youth and their families, who together educators make the proposal of the Pedagogy of Alternation of Agroecology and a framework of theories and practices that restore and conceptualize the particularities of a lived reality, with this, an approach grounded in educational and cultural interaction, where they are valued and represented the essence and intent of the subject field as a citizen, which seeks to break old paradigms, that the field is a place of late.

Keywords: agroecology, Cultural Geography, Local Knowledge, Rural Family House.

Resumé

Cet article vise à présenter les principes de l'agroécologie entrelacées pour le discours de la géographie culturelle, et ainsi mettre en évidence la valeur de l'identité paysanne, mettant en évidence le patrimoine culturel comme un ensemble de symboles et de significations à travers le domaine de l'éducation en milieu rural, ces traits seront geografitando spatialités et des spécialisations qui caractérisent le but éducatif de la Maison familiale rurale Fr Sasaki Haruo dans la ville de Butterwick - PR, ce lieu est présenté comme un champ de l'échange symbolique, où la vie sociale, politique, culturel, économique et d'enseignement ainsi que les instruments environnementaux sont internalisés par le savoir-faire, en prenant comme point de référence, les savoirs locaux apportés par les jeunes et leurs familles, qui, ensemble, les éducateurs à prendre la proposition de la pédagogie de l'alternance en agroécologie et un cadre de théories et les pratiques qui restaurent et de conceptualiser les particularités d'une réalité vécue, avec cela, une approche fondée sur l'interaction éducative et culturelle, où ils sont appréciés et représentent l'essence et l'intention du champ de l'objet en tant que citoyen, qui cherche à briser les vieux paradigmes, que le champ est un lieu de la fin.

Mots-clés: l'agro-écologie, la géographie culturelle, le savoir local, rural Maison familiale.

Introdução

A proposta deste trabalho é refletir os princípios da Agroecologia associada à Geografia Cultural, e, desta forma, compreender o conjunto de relações e representações simbólicas que o sujeito do campo ao construir seu espaço vivido, mantém intrinsecamente valores sociais, morais, ambientais, comportamentais e educacionais

que a nosso ver, revela laços e temas que sustentam o ambiente escolar da Casa Familiar Rural Pe. Haruo Sasaki no município de Sapopema, região norte pioneira do estado do Paraná.

Para tanto, conhecer e interpretar os saberes locais encontrados no território da Educação do Campo, especificamente pela metodologia da Pedagogia da Alternância aplicada pela Casa Familiar Rural Pe. H. Sasaki provém, sobretudo, investigar o suporte teórico dos componentes curriculares da Escola Base (Português, Matemática, História, Geografia e outros), que, atrelados aos princípios da Agroecologia promovem diálogos multireferenciais sobre a importância dos saberes locais, sendo esses conhecimentos, uma corrente de interpretações e alternativas educacionais que correspondem as necessidades de uma realidade vivida, onde suas tradições culturais, sua história, suas crenças, seu tempo e modo de vida, são traços de resistência e luta por um pedaço de terra que ao mesmo tempo e espaço, caracterizam a espacialidade, correspondendo suas subjetividades, seus devaneios, como também, a espacialização ao produzir e concretizar seus objetivos, suas ações, sua reprodução como sujeito do campo no território.

Nesse sentido, compreendemos que o território da Educação do Campo é um espaço mediador entre as relações concretas e simbólicas, aonde analisados pelos conhecimentos informais, dos saberes locais aonde a realidade cotidiana, é observada, percebida, sendo assim, existe identidade, territorialidade. De acordo com Haesbaert (2004) não existe território sem identificação simbólica, sendo ela favorável ou não aos sujeitos que habitam esse recorte espacial, bem como, não existe território sem territorialidades, ou vice-versa.

No território da Educação do Campo são encontradas caracterizações culturais da identidade campesina, representadas pelos valores da “vida cotidiana”. Para Berger (1985) os fundamentos do conhecimento da vida cotidiana estão constituídos por traços históricos, linguagens, símbolos, atitudes, mitos, lutas; o conhecimento do senso comum faz parte dessa rotina, assim, a subjetividade faz parte desse espaço.

Sendo assim, de acordo com Silva (2009, p.14) a identidade campesina se caracteriza pela reprodução social continuada da família que não é movida pelo lucro, e sim, pela melhoria das condições de vida e de trabalho de toda família e comunidade.

Dessa forma, subtende-se que a identidade e cultura campesina têm sua base fortalecida pelas relações culturais cotidianas com a natureza, através da espiritualidade, do conhecimento empírico, na oralidade e prática, nas mais diversificadas relações de cooperação, na mística e na poética, na educação que é feita em conjunto com a igreja, comunidade, escola e família.

Sendo assim,

Cultura e identidade, neste contexto, como toda produção humana que se constrói a partir das relações do ser humano com a natureza e consigo mesmo, não pode ser resumida apenas a manifestações artísticas, devendo ser compreendida como os modos de vida, que são os costumes, as relações de trabalho, familiares, religiosas, de diversão, festas, etc. Trata-se de elementos culturais presentes os quais caracterizam os diferentes sujeitos do mundo e, portanto, os diferentes povos do campo. A cultura é gerada na prática social produtiva de cada uma das categorias sociais dos povos do campo. (...) Portanto, valorizar a cultura dos povos do campo significa criar vínculos com a comunidade e gerar um sentimento de pertença ao lugar e ao grupo social. Isso possibilita criar uma identidade sociocultural que leva o aluno a compreender o mundo e transformá-lo. (Diretrizes Curriculares da rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - SEED – Educação do Campo, 2006, p. 27-28)

No entanto, os saberes locais são para a Geografia Cultural, elementos representativos que ao longo da história, revelam a dimensão de valores sociais, ecológicos, econômicos e educacionais construídos conforme a evolução humana. Para essa vertente, os princípios da Agroecologia visam fundamentar novos olhares em relação ao modo de vida do sujeito do campo, sendo os saberes locais e suas tradições culturais testemunhos simbólicos construídos conforme sua realidade e história de lutas, que, para sobreviver com qualidade é preciso perceber, compreender, adotar e respeitar o ciclo do sistema local.

Os princípios da Agroecologia reconhecem nos saberes locais os valores e as representações culturais que o sujeito do campo carrega em seu cotidiano. Procura incorporar processos educacionais onde a identidade campesina é fortalecida ao criar meios sustentáveis através da diversificação e segurança alimentar, dinamizando e valorizando suas tradições culturais e sociais, proporcionando-lhes uma autonomia econômica de forma a entender a importância conjunta dos aspectos culturais, sociais e ambientais, fazendo dessa forma, o rompimento com um modo de economia mercantilizada e conservadora.

Acreditamos que a proposta metodológica da Pedagogia da Alternância ofertada na CFR de Pe. H. Sasaki é um espaço educacional fundamentado por uma relação

educacional humanizadora, fortalecida por políticas públicas, aonde as atividades educativas fazem parte de um processo de ensino-aprendizagem, pois correlacionam teorias formais, com os saberes informais trazidos pelo cotidiano local dos sujeitos do campo. Dessa forma, esses conhecimentos e/ou saberes locais, tradicionais, culturais são reconhecidos, e passam a fazer parte de um dialogo cotidiano dentro e fora da sala de aula, e são vistos como importantes ferramentas educacionais.

Nesse intuito, se faz necessário compreender que a Pedagogia da Alternância é uma modalidade educativa realizada em espaços e tempos diferentes, divididos entre o meio escolar (monitores e professores) e o meio social e profissional período que trocam experiências com a realidade familiar, com a comunidade e o trabalho.

Para Gimonet (2007, p. 22) o sucesso da Pedagogia da Alternância se fez na diversidade dos sujeitos do campo, que na década de 1930 na França, necessitavam implantar um sistema pedagógico para fazer acontecer processos educacionais que respondessem às necessidades campo onde moravam. Assim, o modelo pedagógico por Alternância nasceu da simplicidade do cotidiano dos pequenos agricultores propondo aos jovens do campo a criação de uma escola que não os deixariam presos em quatro paredes discutindo somente conteúdos teóricos, mas também poderiam alternar diferentes espaços de aprendizagem discutindo seus afazeres vida cotidiana, nos períodos entre o ambiente familiar e o escolar.

Toda alternância reside naquilo que coloca o alternante em jogos de complexidade, de passagens, de rupturas e de relações. Ele encontra e vive entidades diferentes, cada uma com suas especificidades, seus saberes, seu saber-fazer e saber-ser, sua linguagem, sua cultura, seus atores, seus jogos de influencia os quais o “eu”, numa dialética de personalização e socialização deve situar-se, construir e crescer. É necessário que ele assuma as passagens de um lugar, de uma entidade à outra, cada uma com suas sombras e claridades, seu irracional e seu racional, sua espontaneidade e sua organização, sua ordem e sua desordem, seus conhecimentos informais, suas informações e seus saberes formais. É preciso que ele abandone cada entidade por um tempo, sem, portanto, esquecê-la, para envolver-se na outra. (GIMONET, 2007, p. 68).

Outro ponto que não podemos deixar de referenciar é quando e quanto à proposta educacional da Pedagogia da Alternância se revela bem diferenciada da proposta de uma educação tradicional, conservacionista. O espaço educativo da Pedagogia da Alternância está no envolvimento de professores e/ou monitores, na

participação dos alunos e membros da família em debater conhecimentos referentes às questões de seu cotidiano.

A alternância pode ser facilitadora deste desenvolvimento pessoal provocando processos de relações e de distanciamentos, de encontros e de enfrentamentos com os outros e com as realidades, em outras palavras, de personalização e de socialização. (...) Além da família, a alternância oferece ao adolescente a possibilidade de encontros, de diálogo com outros adultos e consequentemente de confronto das gerações entre a experiência existente e aquela a ser feita. O repasse entre as gerações, a transmissão da memória e da cultura, a ligação entre o passado, o presente e o futuro, ou seja, a situação no tempo como no espaço representam dimensões essenciais da construção da pessoa. (GIMONET, 2007, p. 94-95).

De acordo com Begnami (2006) a Pedagogia da Alternância baseada nos dois grandes sistemas de aprendizagem: O Dedutivo aonde a teoria e prática se aprendem e depois se aplica; e o Indutivo, aonde parte de uma referência educacional concreta para o abstrato, ou seja, iniciamos pela prática vai para a teoria, para retornar à prática, assim, é uma Pedagogia ativa, onde o aluno também passa a ser o centro do projeto, o conhecimento não é transmitido e sim construído a partir das relações culturais e sociais.

Uma das complexidades da alternância está na diversidade de relações: - com pessoas que colaboram no processo de formação; - com entidades parceiras; - com espaços e tempos diferentes (tempo-escola e tempo-comunidade); - com as diversidades culturais do campo; - com os diversos campos dos saberes: práticos, populares, empíricos e teórico-científicos, entre outros. Isto faz da alternância uma pedagogia dialógica ou uma pedagogia do encontro. (BEGNAMI, 2006, p. 33).

Essas representações na visão da Geografia Cultural de acordo com Kozel (2005) são formas concretas ou idealizadas, e a partir de particularidades de uma determinada realidade, vindo assumir um lugar importante em pesquisas geográficas, e nos fazendo entender o valor das representações culturais construídas por grupos de sujeitos sociais.

Nesse sentido, compreende-se que os alunos podem descobrir seus valores, fazendo-o ator de sua realidade através da formação integral da pessoa humana, ou seja, consideram suas origens, suas questões individuais e coletivas correlacionadas às várias facetas da relação social entre a sociedade e a natureza, para a ciência geográfica, as relações do território material ao (i)material.

Criar suas próprias representações e elaborar um sistema correlativo de noções constitui a essência do território imaterial do campesinato, pois ele “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2009, p. 211 apud MUNIR, 2010, p.21).

Para tanto, de acordo com Begnami (2006) podemos analisar a (i) materialidade territorial da Educação do Campo, observando a formação integral do jovem através das CFRs, aonde a educação procura junto de valores humanos, estimular o desenvolvimento sustentável solidário, atendendo, prioritariamente, os filhos e filhas de agricultores familiares, integrando os eixos transversais de cidadania, gênero, cultura e ecologia, tendo como perspectiva a qualidade e a dignidade de vida no campo como podemos refletir na figura 1.

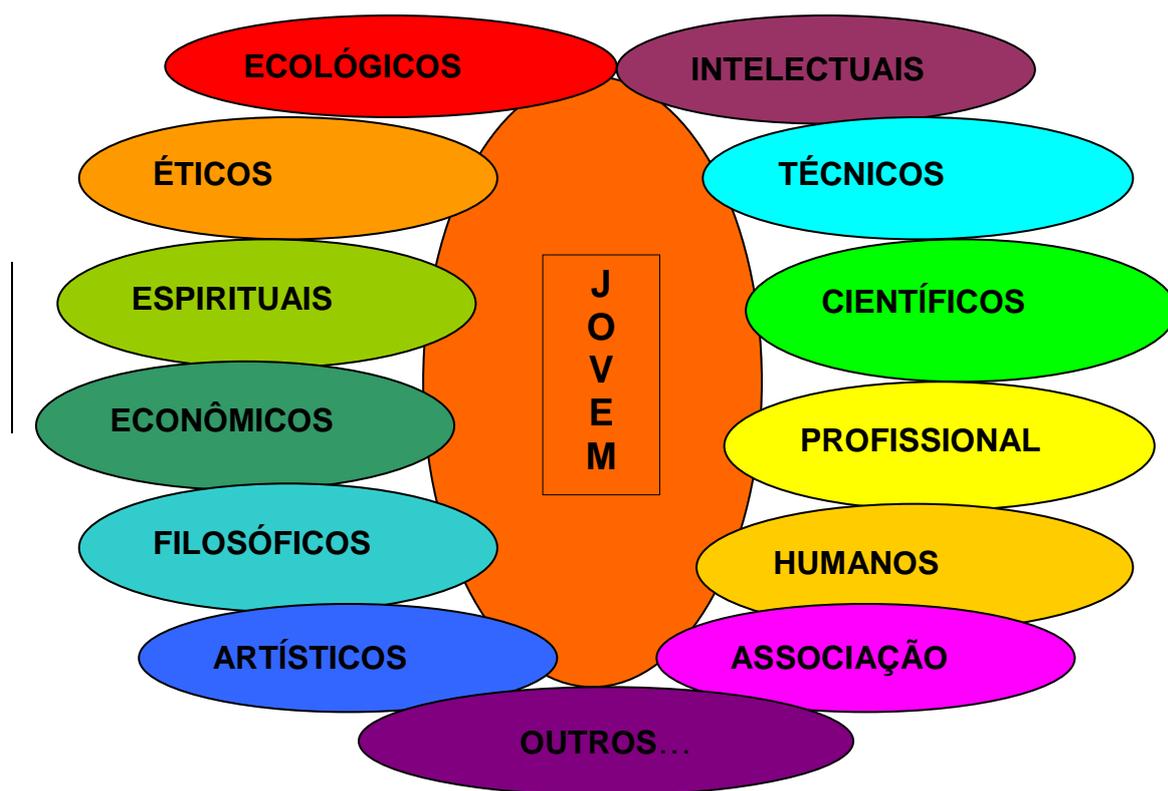


Figura 01: Dimensões da Formação Integral por Alternância

Fonte: Calvo, 2001 apud Begnami, p.43, 2006.

Contudo, a Pedagogia da Alternância se revela como mais uma proposta metodológica para o reconhecimento e o fortalecimento do território da Educação do Campo, respaldada na proposta educativa Freiriana ao romper paradigmas que levam os sujeitos do campo, os “oprimidos” a pensar serem os opressores de um território.

É sabido que o espaço, o território, o lugar entre outras categorias da ciência geográfica, possui uma identidade construída pelas relações culturais e sociais cotidianas, assim, a metodologia e os conteúdos envolvidos na construção do espaço da Pedagogia da Alternância junto de saberes agroecológicos, despertam aos jovens do campo o desejo de conhecer e analisar a origem da identidade campesina, trazendo à tona, debates, questões do território (i) material que acontece ao seu redor e de sua comunidade.

Afinal... Quem são os sujeitos do campo que resistem ao logo do tempo as contradições capitalistas? Quais são os costumes da identidade campesina? Quais são suas festas, suas danças, sua crença? Quais são os valores simbólicos do trabalho familiar em relação com a terra?

Para esse questionamento, buscamos no espaço escolar da CFR Pe. H. Sasaki no município de Sapopema – PR, compreender as multidimensionalidades existentes, e, assim, analisar como são construídos os conhecimentos e saberes que envolve não só alunos e professores, pois são os familiares, a comunidade, a realidade local, entre outros, que juntos são organizações que lutam pelo direito a educação, da mesma forma, que lutam pelo direito a terra, por políticas públicas, pelo respeito a cultura, a valorização de sua identidade, sua crença e seus saberes, e dessa forma vão em seu tempo e espaço fazendo acontecer o saber- aprender que por meio de uma metodologia cidadã venha resgatar suas origens e valorizar seu modo de trabalho incentivando-os a construir seu próprio território.

O município de Sapopema e a Casa Familiar Rural PE. Sasaki: um lugar construído por representações simbólicas

O município de Sapopema encontra-se no território Norte Pioneiro – PR, atualmente abrange uma área de 10.502,30 Km², composto por 29 municípios.

A partir desse contexto regional, estabelecido a partir do território Norte Pioneiro do Paraná, passamos a enfatizar um breve relato sobre alguns aspectos do município de Sapopema, mas não só como um conceito tradicional de localização geográfica, e, sim como um referencial espacial complexo e diversificado, onde as representações sociais, educacionais, culturais, econômicas, históricas e tantas outras, constroem o espaço vivido dos sujeitos dessa localidade.

O município de Sapopema é constituído por fatos históricos, culturais e sociais, que ao longo do tempo e espaço são transformados pelas ações dos sujeitos que na sociedade que ali habitam, recriando paisagens, estabelecem laços e uma linguagem de pertencimento com o grupo social do qual fazem parte. Dentro desse contexto, se constroem as experiências culturais, sociais e educacionais que dão sentido à vida dos sujeitos que compartilham a Casa Familiar Rural de Pe. H. Sasaki.

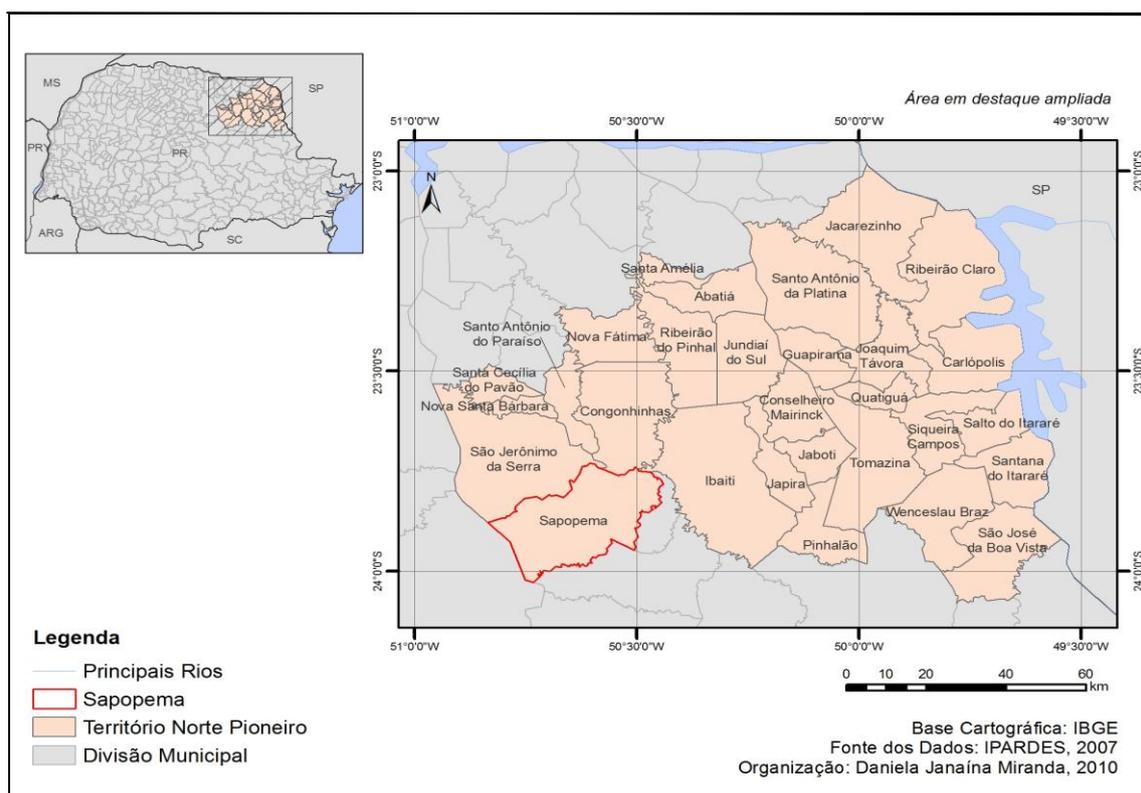


Figura 02: Território Norte Pioneiro do Paraná e Município de Sapopema.

Autora: BALISKI, Patrícia, 2010.

Para tanto, Sabe-se através de registros cedidos pela EMATER de Sapopema (2008), que a origem do município se remonta à década de 1836, quando o sertanista

Joaquim Francisco Lopes, na época encarregado em orientar o grupo de peões para realizar a abertura das picadas nas matas dessa região, junto aos missionários Frei Timóteo de Castelnuevo e Frei Luis de Cemitile, vieram fundar o aldeamento indígena de São Jerônimo da Serra e de São Pedro de Alcântara.

Por volta de 1842, através desses aldeamentos e da Colônia Militar de Jataí, o Barão de Antonio João da Silva Machado, homem ligado à corte do Rio de Janeiro, tinha por objetivo ampliar a extensão de seus latifúndios pelas bacias dos Rios Tibagi e Paranapanema, especialmente na região da Serra de Caeté, localizada entre os Rios Tibagi e Laranjinha, que era ocupada por povos indígenas das nações Kaingang e Guarani, e assim, deu-se início ao surgimento do patrimônio de Sapopema, que antes era chamado de Conserva e pertencia ao município de São Jerônimo da Serra.

O município de Sapopema se consolidou pelo desdobramento dos municípios de Curiúva e de São Jerônimo da Serra. O nome Sapopema foi recebido do engenheiro Antonio Martins Paraná que ao construir a primeira casa do patrimônio, o fez ao lado de uma árvore denominada Sapopema. De acordo com Ferreira (2006), Sapopema de origem tupi-guarani significa: “*sapo*”: raiz + “*pema*”: esquinada, que se projeta para fora da terra, grossa e chata.

Em suma, para compreendermos a importância da CFR PE. H. Sasaki no município de Sapopema se faz necessário conhecer os dados da agricultura, para tanto, os relatórios da EMATER local (2008), apresentam que o número de estabelecimentos rurais do município corresponde um total de 906 propriedades, abrangendo uma área total de 63.547 hectares, sendo 765 constituídos pelos agricultores familiares no município dentro de uma área de 20.175 hectares; enquanto o número de grandes produtores rurais corresponde a 141, ocupando uma área total de 43.369 hectares. Nesse sentido, o percentual de agricultores familiares em relação aos grandes produtores rurais de Sapopema, corresponde a uma média superior de 54,5%; enquanto a porcentagem em hectares dos grandes produtores rurais é de 46,5% maior que os hectares ocupados pelos agricultores familiares.

Diante dessa realidade, percebe-se que o município de Sapopema apresenta características que denotam a necessidade de um modelo educacional para atender os sujeitos que habitam nesse lugar, pois são marcantes os meios de produção que representam a força da agricultura familiar, onde através de seu trabalho e sua luta

cotidiana por um espaço cidadão, podem sob o viés da Educação do Campo desprender-se da desigualdade e descaso cultural e social.

Para compreender o surgimento da CFR Pe. H. Sasaki é preciso segundo os estudos de Alexandre (2008, p.72) primeiramente destacar o contexto da disputa pelas terras do Distrito de Lambari onde está localizado o Assentamento São Luiz II, ocupando uma área de 3.981,94 hectares. Por meio do decreto 94.284 de 28/04/87, ocorreu a desapropriação dessas terras sendo a emissão do título de posse ocorreu somente em 27/03/89 e a criação do projeto de assentamento se deu em dezembro de (Resolução nº 054 de 13/12/89). Ainda segundo o autor, a desapropriação foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a participação e organização da Prefeitura Municipal de Sapopema, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da EMATER local, e do Pe. Haruo Sasaki, que na época auxiliava na organização do cadastramento das famílias para serem assentadas entre outros afazeres.

Sob o olhar da Geografia Cultural, podemos refletir que a disputa pela posse da terra no Assentamento São Luiz II não é só a concretização da luta pela terra, mas do direito à educação, à saúde, ao respeito pela cultura, raízes, crenças e tradições. Desse modo, a terra de acordo com Sauer (2005, p.59) passa a ter um valor real e um valor simbólico, próprios de um lugar de trabalho, moradia e produção, portanto, de reprodução social, cultural para a vida cotidiana camponesa.

Compreendemos que a CFR Pe. H. sasaki veio favorecer a reorganização fundiária desse município, pois a criação do assentamento e posteriormente da Casa, permitiu não só aos jovens do campo, mas aos seus familiares, uma melhora na qualidade de vida, pois passaram a trabalhar em suas próprias terras e garantir qualidade de vida. A maior parte dos filhos desses assentados passaram a estudar na CFR e, assim adquirir técnicas de produção sustentáveis aplicadas nos momentos da alternância através do Plano de Curso Técnico com ênfase em Agroecologia, permitindo a esses jovens permanecer com seus familiares, além de reafirmar sua identidade camponesa.

A criação da CFR de Pe. Haruo Sasaki ocorreu no ano de 1994, através do auxílio de sua principal mantenedora, a Associação Filantrópica Verde com sede no município de São Jerônimo da Serra – PR, bem como, da Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil – ACAFARSUL com sede em Barracão – PR.

A CFR está localizada na estrada Salto das Orquídeas Km 03, município de Sapopema. Seu calendário escolar é constituído pelos princípios pedagógicos da Alternância, que deve acompanhar aos dias letivos da rede de ensino estadual, através do Colégio Estadual Sapopema – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante.

De acordo com a coordenação da CFR de Pe. Sasaki, a proposta educacional de Formação por Alternância se justifica devido o município e a região terem um grande número de agricultores familiares, como também, a maior parte dos alunos serem da região de Sapopema. Além disso, o pressuposto da Formação Técnica Agrícola com ênfase em Agroecologia vem desde 2004, incentivando os jovens agricultores a permanecerem em suas propriedades, e ao mesmo tempo, dar continuidade a seus estudos, possibilitando assim, melhores condições para seu projeto de vida.

Para a CFR Pe. H. Sasaki, valorizar e estimular o papel do jovem do campo, através da Educação, possibilita superar a desigualdade e as necessidades básicas das famílias agrícolas da região, através de uma formação humana integral, adequada à sua realidade, estimulando o sentido de viver em comunidade, através da vivência associativa e solidária, resgatando os valores culturais, ambientais e sociais.

Contudo, os jovens, os familiares e toda equipe pedagógica da CFR de Pe. H. Sasaki, quando integram os conhecimentos escolares entrelaçados aos saberes informais da comunidade local e regional, conquistam e fortalecem a história do espaço vivido, registram e constroem suas experiências cotidianas, embasadas na importância da sua resistência econômica, política e cultural, aonde seus valores subjetivos em relação à vida na terra trazem o valor de seus saberes em relação a sua identidade.

Sendo os princípios e/ou as bases conceituais da Agroecologia o marco simbólico que melhor visa compreender as relações da Educação do Campo ao trazer em suas diretrizes educacionais, metodologias de ensino fundamentadas nas experiências dos movimentos sociais dos povos do campo, ensinando o valor do conhecimento como um dos caminhos para que esses sujeitos se fortaleçam mediante seu modo de vida, seu modo de produção baseada no trabalho familiar, e assim, venham reproduzir sua existência no campo.

A Representação da Agroecologia sob o ponto de vista da Geografia Cultural apresentada no território da Educação do Campo

Os caminhos construídos pela luta dos sujeitos do campo na busca por seus direitos somam territorialidades, permeiam questões que vão além do direito de posse à terra. Existem nesse espaço realidade, sentimentos, história, representações simbólicas e relações culturais e sociais.

A Geografia Cultural de acordo Bakhtin (2004) diferencia e correlaciona a inter-relação dos campos das relações sociais e culturais, do conhecimento, da ética e das artes. Esses campos são abordagens do espaço vivido, e nos abrem a possibilidade de compreender o território da Educação do Campo de forma mais subjetiva, onde os valores, os sonhos, a percepção e as expectativas de melhor qualidade de vida no campo, criam forças quando suas experiências cotidianas são percebidas e valorizadas através dos conhecimentos dialogados.

Segundo Kozel (2002) para compreender o vivido humano é preciso entender o conjunto de valores, de coisas, mitos e bens de um mundo subjetivo criado pelas significações cotidianas. Dessa forma, passamos a abordar os princípios e os conceitos da Agroecologia como forma sustentável onde são criadas as espacialidades e as especializações que visam representar uma ferramenta para atender as necessidades de uma realidade cotidiana, lembrando que:

O termo Agroecologia foi assim cunhado para demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Num sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais). (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p.22-23)

Esse conceito nos remete a refletir Saquet (2009) ao observar que a realidade é constituída de espaços conflituosos que encontramos as múltiplas territorialidades, analisadas pelo recorte que desvenda não só as características, mas também as relações de poder, bem como, as múltiplas linhas das redes sociais, econômicas e educacionais, enfim, o termo território também se faz compreender através do significado das intenções, da força, das resistências de uma comunidade a partir da união dos processos materiais e imateriais, ou seja, através de diversos ritmos dos modos de vida dos

sujeitos do campo, dos variados e alternativos modos de produção social, econômica, cultural, educacional, política, etc.

Para tanto, a representação simbólica da Agroecologia analisada sob as teorias da Geografia Cultural são argumentos essenciais para fundamentarmos essa discussão. Partindo dessa perspectiva, a Agroecologia de acordo com Lima (2009) é um dos eixos estratégicos que podem vir somar e fortalecer o projeto de uma educação alternativa para o campo, visando à formação de militantes técnicos, e mais, o movimento social ainda segundo Lima (2009, p. 554) busca na Agroecologia subsídios teóricos, metodológicos que podem auxiliar na construção prática de um novo jeito de viver no campo, ou seja, permite a flexibilização e a organização através de novos saberes e oportunidades para a agricultura camponesa.

Durante a visita de campo realizada na CFR de Pe. H Sasaki em (2008), percebemos que os princípios da Agroecologia, são base de uma ferramenta pedagógica que vem se destacando como uma alternativa para diminuir os custos nas propriedades dos jovens. Durante uma conversa com os alunos do 3ª ano, foi comentado que os métodos e as teorias agroecológicas, contribuem para diminuir os impactos ao meio ambiente, devido o uso intenso de agrotóxicos, como também, estimula e valoriza a relação familiar e o plantio local para subsistência.

Dentre as práticas agroecológicas destacadas, são: controle ecológico de pragas e doenças, compostagem, adubação verde, adubos orgânicos entre outras, como canteiros de hortaliças orgânicas e a confecção da estufa de bambu e a roça mandala.

Segundo Jung (2002) a mandala é uma representação simbólica e arquetípica da psique, pois estuda a consciência, bem como, o inconsciente individual e coletivo, representando a totalidade da experiência humana, ou seja, estabelece uma ligação mental e física entre o interior (pensamento, sentimento, sensação), como o mundo exterior (espaço, natureza).

Nesse sentido, passamos a melhor compreender o sentido da Carta da 8ª Jornada de Agroecologia (2009) ao apresentar que só foi possível correlacionar valores simbólicos aos valores materiais em relação ao respeito de uma agricultura fundamentada em tradições, quando a Constituição de 1988 vem assegurar os direitos sociais e culturais, difusos e coletivos, e, assim, ao reconhecer a luta dos povos do campo na conquista não só pela conquista pela terra, mas seus direitos quanto cidadãos,

podendo afirmar, reafirmar e dar continuidade às ações comuns realizadas através do modo de vida coletiva que vai do local ao global, construídas a partir dos princípios, metodologias e práticas oriundas da Agroecologia que atualmente estão na estrutura curricular das escolas do campo.

Para tanto,

As práticas educativas em Agroecologia têm por objetivo geral estabelecer uma proposta de educação da classe trabalhadora em que as técnicas e as ciências possam estabelecer parâmetros que venham a oferecer alternativas à agricultura convencional, proporcionando a construção de uma nova referência tecnológica para o campo. (...) Compreende-se que a opção do Movimento Social pela metodologia pedagógica, interliga-se com o princípio da prática-teoria-prática (práxis educativa e práxis política), ou seja, a educação é entendida como um processo social, mediada pelas relações de produção e sociais situadas historicamente. Nessa perspectiva, estuda-se para compreender a realidade e para transformá-la. (...) Nesses espaços realiza-se a educação escolar e técnica em agroecologia dos estudantes, de acordo com a estrutura curricular de cada curso formal, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) através dos recursos do PRONERA, e a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), atualmente representada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), que certifica os cursos e contribui de modo relevante na construção dos mesmos. A Casa Familiar Rural Padre Sasaki tem o Curso Técnico certificado pela Secretaria de Educação Estado do Paraná. (LIMA, 2009, pp. 4416-4417).

Dessa maneira, percebe-se que a Agroecologia ofertada nas escolas do campo, busca motivar à juventude do campo a enfrentar os desafios trazidos pela hegemonia do capitalismo agrário, e, que apesar das adversidades desse território, a Agroecologia através de uma escolarização alternativa e de transformações permanentes, cria excelentes oportunidades de diversificação de produção agrícola, como também de resgate cultural e de equilíbrio econômico e ambiental, por isso a necessidade de uma educação libertadora, da qual a linguagem utilizada venha facilitar a compreensão dos ensinamentos científicos.

É válido ressaltar que para o jovem do campo é de fundamental importância os debates sobre a representação sociocultural e humanística, pois movem novas perspectivas de valor moral, promove uma maior compreensão de seus deveres e direitos sociais para reivindicar possíveis mudanças nas relações vida e de trabalho no campo, assim como valoriza sua posição social.

Segundo Castro (2007), mesmo com grandes dificuldades o modelo de uma produção agroecológica, inspira o fortalecimento da identidade dos jovens camponeses, bem como, uma relação gratificante com a questão da soberania alimentar.

De acordo com a Cartilha de Agroecologia promovida pela cartilha do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, sobre o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste (2009, p.03), nos últimos anos o governo brasileiro tem avançado com programas de segurança alimentar apoiando a agricultura familiar, sendo o programa mais conhecido é o “Fome Zero”, porém, nos alerta que por outro lado, a soberania e segurança alimentar, corre sérios riscos devido a monopolização desse modelo de produção alimentar e insumos criado pelas agroindústrias e empresas multinacionais.

Percebemos que a Agroecologia vem tomando espaço no debate educacional, por isso, se faz de grande importância saber, de acordo com Mollison (1991), são vários os conceitos da Agroecologia, de forma geral, representa um conjunto de técnicas e princípios que surgiu no decorrer do ano de 1990, tendo como objetivo integrar diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo.

Desse modo, entendemos que a Educação do Campo atrelada à,

Pesquisas empíricas sobre a produção agroecológica mostram os resultados positivos da produção em processos naturais com ciclos de energia e matéria fechados e a integração da produção animal e de plantas. A propriedade familiar é entendida como um organismo com seus habitantes, solos, plantas e animais. No combate à fome se trata de valorizar a agricultura familiar, garantindo suas terras e empoderando os(as) agricultores(as) para que produzam o suficiente para garantir o autoconsumo familiar, a partir dos recursos disponíveis de solos, água e sementes, comercializando os excedentes de forma justa e solidária.(CARTILHA AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA, MERCADO Nº 03, 2009, p.22).

Em síntese, a política nacional do Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que procura estimular novos enfoques metodológicos baseados nos princípios da Agroecologia, bem como, desenvolver uma educação sustentável e permanente a partir de um enfoque dialético e humanista onde os jovens do campo são analisados como atores sociais de um território em movimento, ou seja, embasado no modelo pedagógico das CFRs, seus alunos poderão ser os futuros técnicos do ATER.

Tendo os princípios da Agroecologia fundamentados como ferramentas de ensino para reavivar o território da Educação do Campo, onde, as questões culturais procura identificar traços da identidade campesina através de uma Pedagogia

libertadora, que nas palavras de Freire (2005), ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo.

Sob essa vertente, a Agroecologia consiste em observar a propriedade rural como um organismo vivo que se inter-relaciona com as diferentes atividades produtivas que nela existam: o cultivo vegetal e as criações animais, respeitando as dimensões: sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas, é a fusão do saber tradicional com a ciência moderna.

Logo,

A diversidade ecológica é a base do equilíbrio e da estabilidade dos agroecossistemas e, da mesma forma, a diversidade das idéias e das construções socioculturais é imprescindível para o fortalecimento da Agroecologia. Conceitos nada mais são do que representações mentais de algum objeto, onde se procura formular idéias em um nível alto de abstração. Um conceito é uma *unidade*, mas esta é composta por certa *diversidade*. A unidade, que caracteriza e dá sentido a um conceito, geralmente abriga uma grande variedade de interpretações. Assim, quando nos referimos à Agroecologia, estamos focalizando um conjunto de princípios (unidade) e, quando tratamos de Agriculturas Ecológicas, nos remetemos às manifestações concretas ou à materialização daqueles conceitos (diversidade), mediante formas de manejo específicas. (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p.21-22)

Dessa forma, a temática Agroecologia entre no campo dos conteúdos curriculares das escolas do campo, em específico das CFRs, de acordo com Castro M, (2007) e Ferrante (2008), a Educação do Campo acredita na Agroecologia como um tema gerador de propostas para atender as relações sociais do campo de forma mais humanizadora e solidária, onde os jovens do campo possam reafirmar a cultura campestre e permanecer no campo, onde os conhecimentos adquiridos nas relações cotidianas do tempo-comunidade-família-trabalho, sejam discutidas nas teorias da educação formal.

Na vertente da Geografia Cultural, Claval (2007) retrata que a família e a comunidade local são estruturas de base da vida social, bem como, remete os valores da dimensão econômica e ecológica sendo caracterizados por níveis e tipos de cultura.

Para tanto, as instituições que trabalham com a Pedagogia da Alternância, ao debater conceitos de uma agricultura sustentável sob os princípios da Agroecologia, tem como característica básica, o resgate da identidade campestre através de conhecimentos respaldados em valores éticos, culturais, sociais e humanizadores.

Segundo os conceitos de Bourdieu (2009) podemos refletir que os princípios da Agroecologia aplicada no território da Educação do Campo, vem enfatizar um conjunto de representações simbólicas, aonde a economia das torças simbólicas passam a ser internalizadas, ou melhor, reconhecidas como um conjunto de relações que dão condição para organização da existência e resistência econômica, política e cultural.

Considerações Finais

Um dos fundamentos primordiais da Educação do Campo está em transformar a realidade dos sujeitos do campo. Contudo, a interação dos conhecimentos locais e informais, com os conhecimentos formais adquiridos pelos conteúdos curriculares, são caminhos que possibilitam o resgate de tradições culturais, o reconhecimento de seu modo de produzir, sendo uma condição harmônica e necessária para aprendermos que a vida no campo é feita de valores, atitudes, saberes e experiências que reconhecem a heterogeneidade da vida no campo.

A Agroecologia observada pela Geografia Cultural nos faz sintonizar os elementos que registram não só o espaço físico como modo de produção, mas sim, identificar as relações e significações como nos mostra a mandala e outros instrumentos da Agroecologia, tendo como objetivo expressar as relações físicas e simbólicas de todo sistema vivo, na busca de ilustrar o valor das ações pedagógicas, sociais, ambientais, econômicas e culturais em seu cotidiano.

Para tanto, esse discurso é visto como um campo autêntico, aonde podemos encontrar espacialidades ao referenciar as bases sociais, culturais, educacionais através de um conjunto de elementos simbólicos, e/ou como um campo onde se constrói a materialidade territorial de forma racional e consciente.

Referências

ALEXANDRE, Bruno Henrique Gomes. **Uma proposta de Educação para o campo:** Casa Familiar Rural Padre Haruo Sasaki. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Dissertação de mestrado, 2008.

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEGNAMI, J. B. **Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo. Revista da Formação por Alternância**, Belo Horizonte, v.2, p. 24-47, junho /2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Carta da 8ª Jornada de Agroecologia: **Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos**. Construindo o projeto popular e soberano par a agricultura. 27 a 30 de maio de 2009. Francisco Beltrão – Paraná, Brasil.

CARTILHA DE AGROECOLOGIA. **Garantindo a segurança alimentar**, nº 3 2009.

CASTRO, Mauricio Barros de. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento RJ**: Instituto Souza Cruz, 2007

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. **Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2006

educativas em agroecologia no MST/PR. Congresso nacional de Educação EDUCERE, 2009.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Sbravati. – Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis, RJ.Vozes.2007

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

IPARDES. Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2007**

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

KOZEL, S. **As representações no geográfico** IN: Mendonça, F. e Kozel, S. Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

KOZEL, Salete. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. In: SEEMANN, Jörn (Org.). **A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

KOZEL, T, Salete “**Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a Capital ecológica**”. São Paulo: FFLCH/USP, (tese de doutorado). 2001.

Marco referencial em Agroecologia / **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MOLLISON, BILL. **Introdução à Permacultura**. National Libray of Austrália. 1991.

PUIG CALVÓ, Pedro. **Que orientação profissional é possível promover no Ensino Fundamental**. In: Revista da Formação por Alternância – CEFFAs, n.1, set./2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M.A, SPOSITO, E.S, (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão Popular, 2009.

Recebido para publicação em março de 2011

Aprovado para publicação em março de 2011